Generated by Foxit PDF Creator © Foxit Software
http://www.foxitsoftware.com For evaluation only.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: o caso da cobrança pelo uso da água para captação e emissão de poluentes

Autor: Vinícius Oliveira Faria Bonfim (viniciusofbonfim@gmail.com)
Unidade: INSTITUTO DE ECONOMIA (IE) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
Professor Orientador: Prof. Dr. Ademar Ribeiro Romeiro
Agência Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Palavras-Chave: economia, gestão hídrica, Economia Ambiental, Economia Ecológica, recursos naturais, Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídrico.

A preservação ambiental no Brasil é marcada por um ordenamento jurídico com disposições, em parte rigorosas e audaciosas, mas em relação a implementação e ao seu controle, em muitos casos predomina um grande déficit decorrente, por exemplo, da falta de recursos humanos e financeiros nas repartições e nos órgãos competentes. Por tais razões, há alguns anos se vem construindo, no âmbito da gestão dos recursos hídricos, um modelo diferente. Seguindo o exemplo do que ocorre noutros países, sobretudo na França, a gestão de recursos hídricos superficiais vem sendo transferida em grande parte para associações de água com base nas bacias hidrográficas existentes. E, aqui, a cobrança pelo uso da água para emissão de poluição e captação se mostra um instrumento central da política hídrica.

A base para a cobrança pelo uso da água são os instrumentos econômicos, ou de economia de mercado. Enquanto os instrumentos mais utilizados na área ambiental são os regulatórios, ou de comando e controle, os instrumentos econômicos seriam mais eficientes economicamente e mais eficazes ecologicamente que estes primeiros, segundo os neoclássicos. Na verdade, ao se fazer o ajuste da política ambiental em nível nacional e regional, estes são apenas mais um critério dentre vários, mas justamente no Brasil, onde apenas se dispõe de recursos e capacidade limitadas para realizar a política ambiental, a aplicação eficiente dos recursos adquire uma importância ainda maior.

Metodologia

Este trabalho consistiu numa revisão bibliográfica sobre este debate de criação e avaliação de instrumentos e políticas públicas através de duas perspectivas teóricas da Ciência Econômica: a Economia Ambiental, cuja matriz é a Economia Neoclássica, e a Economia Ecológica. Buscou-se analisar as contribuições e limites destas para o estudo de caso da cobrança pelo uso da água para captação e emissão de poluentes na gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Capivari, Piracicaba e Jundiaí,

Discussão do tema

A preservação da natureza tem sido um tema de cada vez maior importância para a Ciência Econômica. A perspectiva econômica hegemônica para o meio ambiente é a Economia Ambiental e tem importantes contribuições para a gestão de recursos naturais e de emissão de poluição, porém, com graves limitações de sua base teórica. Esta perspectiva é muito criticada pelos seus pressupostos para o funcionamento de um mercado perfeito, que funcionariam como ideais a serem alcançados nas intervenções na sociedade. Seriam eles: os usuários atuarem de forma concorrencial e em pé de igualdade, clara definição e garantia dos direitos de posse, e a existência de preços de mercado orientados para a escassez. Entretanto, na área ambiental a realidade se distancia destas condições ideais para um mercado operante.

Uma das escolas críticas à neoclássica é a Economia Ecológica, que ao criticar o foco da Economia Ambiental na eficiência da alocação, busca nas ciências naturais, como a ecologia e a física, subsídios para a valorização da escala sustentável e da distribuição justa. Devido ao fato de que o crescimento econômico provoca uma maior escassez relativa dos recursos naturais, o fator limitante da produção se transformará cada vez mais no capital natural, o capital que não é elaborado pelo homem. Esta perspectiva de análise tem envolvido mais atenção às dimensões de distribuição normalmente negligenciadas, como a distribuição intergeracional da base de recursos e a distribuição dos lugares ao sol entre os seres humanos e todas as espécies restantes (Daly, 2010).

Conclusão

Embora o estudo de caso não tenha sido aprofundado quanto se esperava, dadas as limitações desta pesquisa e do seu tempo, é possível tirar algumas conclusões acerca do núcleo deste trabalho, a revisão bibliográfica.

O modo como a cobrança pelo uso da água tem sido desenvolvida no Brasil e no mundo, se mostrou um tanto distante dos modelos neoclássico e da Economia Ecológico, sendo prioritário o caráter financeiro e a viabilização do sistema de cobrança pelo uso da água

Quanto à Economia Ecológica, com uma bagagem teórica muito mais eclética e flexível, teria sua unidade dada pelos seus princípios que convergem para a questão da determinação de uma escala máxima de uso dos recursos naturais ou de usos que minimizem o consumo e degradação destes e até regrida. Mesmo assim, as sugestões para instrumentos de política ambiental da Economia Ecológica ainda são pouco desenvolvidas para a política ambiental brasileira.

Fica muito claro que trabalhar um fenômeno econômico e político como este, isto é, a construção e gestão de instrumentos para a gestão de recursos hídricos, ficaria muito limitada se apenas se utilizasse do ferramental da Economia Ambiental. A Economia Ecológica embora pouco ofereça de novos instrumentais, já que muitos dos pesquisadores desta linha têm buscado adaptar as ferramentas existentes para os princípios econômico-ecológicos, pode fazer contribuições relevantes para o avanço da capacidade analítica ao buscar um maior e mais próximo diálogo multidisciplinar.